

Rêgo Barros se despede do serviço ativo do Exército

O porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, se despediu ontem do serviço ativo do Exército. A cerimônia no batalhão do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, em Brasília, contou com a presença do presidente em exercício, Hamilton Mourão. Rêgo Barros é general de divisão do Exército e passou para a reserva em 31 de julho deste ano. Em seu discurso, ele agradeceu pelos seus 44 anos de serviço militar e lembrou dos “companheiros que ficaram ao longo do caminho”, em especial aqueles que morreram no terremoto no Haiti, em 2010, durante atuação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). Agência Brasil



FLÁVIO BOLSONARO é o único dos quatro senadores do PSL que não apenas não assinou a petição pela abertura da comissão como agiu para enterrá-la

Ação contra CPI da Lava Toga racha PSL do Senado

LUÍZ VASSALLO, DANIEL WETERMAN, BRENO PIRES, RENATO ONOFRE E MARIANA HAUBERT
ESTADÃO CONTEÚDO

O movimento da cúpula do PSL, articulado pelo senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), para abafar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado que tenha como foco ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) provocou esta semana em um racha no partido e até ameaça de baixa, destaca o jornal O Estado de S Paulo. Diante da pressão partidária contra a chamada CPI da Lava Toga, a senadora Juíza Selma (PSL-MT) disse que pode deixar a sigla. Filho do

presidente Jair Bolsonaro, Flávio é o único dos quatro senadores do PSL que não apenas não assinou a petição pela abertura da comissão como agiu para enterrá-la. Tanto no Congresso como no Palácio do Planalto as investigações da CPI são vistas como perigosas, com potencial para afetar a relação entre os Poderes. O presidente do PSL, deputado Luciano Bivar (PE), admitiu que Flávio foi chamado para convencer seus pares a retirar assinaturas do pedido de abertura da CPI. A preocupação é porque o objetivo da comissão é apurar o que parlamentares chamam de “ativismo judicial” de magistrados, incluindo ministros do Supremo.

A crítica de senadores favoráveis à CPI é a de que a Corte muitas vezes toma

decisões sobre assuntos ainda em discussão no Congresso, sobrepondo a atribuição dos parlamentares de legislar. Também questiona inquérito aberto pelo ministro Alexandre de Moraes para apurar ataques virtuais contra integrantes do tribunal. A CPI tem sido defendida principalmente por parlamentares classificados como “lavajatistas”, que se elegeram com a bandeira do combate à corrupção. O Supremo se tornou alvo do grupo após atuar como um contraponto à operação e rever decisões tomadas em primeira instância.

Ao ameaçar deixar o partido, a senadora Juíza Selma - magistrada aposentada, que foi eleita com a alcunha de “Moro de Saias” e hoje recorre da decisão que cassou seu mandato

por uso de caixa 2 - apontou desavenças políticas. “A senadora Juíza Selma esclarece que, devido a divergências políticas internas, entre elas a pressão partidária pela derrubada da CPI da Lava Toga, está avaliando a possibilidade de não permanecer no PSL”, disse.

O líder do PSL no Senado, Major Olimpio (SP), que na semana passada também já havia ameaçado deixar o partido, também se manifestou contra derrubar a CPI. “Não adianta pressão não porque vamos para cima”, afirmou, em vídeo. Na postagem, ele convoca manifestação para o dia 25, na Praça dos Três Poderes, para pressionar senadores. A quarta integrante da bancada do PSL, Soraya Thronicke (MS), minimizou a ação partidária. “O Bivar e

nenhum outro dirigente do partido nunca me pressionaram para nada”, disse. Soraya assegurou que manterá seu apoio à comissão.

Esta é a terceira tentativa para emplacar a CPI no Senado. As outras duas foram enterradas pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que já classificou a medida como inconstitucional. “Se há entendimento de que a comissão não pode investigar decisão judicial, como vou passar por cima disso?”. Para sair do papel, a CPI precisa da assinatura de pelo menos 27 dos 81 senadores. Segundo o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), autor do requerimento de criação da comissão, o número já havia sido atingido, mas sua colega Maria do Carmo

(DEM-SE) anunciou que vai retirar o nome da lista para atender a uma solicitação de Alcolumbre. O presidente do Senado negou ter pedido a retirada de assinaturas. Admitiu, porém, que tentou convencer parlamentares sobre sua posição contra a Lava Toga. A ação de Flávio para derrubar a CPI faz parte de uma estratégia para aparar arestas com o Supremo. Nas últimas semanas, o filho “01” do presidente iniciou uma aproximação até pouco tempo inimaginável entre o presidente da Corte, Dias Toffoli, com parlamentares do partido, incluindo um jantar conjunto no dia 21 de agosto. A deputada Carla Zambelli (PSL-SP), que já levou um boneco do presidente do STF a manifestações, não compareceu.

Nelson Leal discute Previdência com Simone Tebet



NELSON LEAL se reuniu ontem, em Brasília, com a senadora Simone Tebet, presidente da CCJ

DA REDAÇÃO

O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), deputado Nelson Leal, se reuniu ontem, em Brasília, com a senadora Simone Tebet (MDB), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM). O principal tema do encontro foi a tramitação da chamada PEC paralela (PEC 6/2019), que, dentre outras coisas, incluirá Estados e Municípios na reforma previdenciária, livrando as Assembleias Legislativas estaduais e Câmaras de Vereadores de, a posteriori, de ter que criar regimes de

aposentadoria de servidores estaduais e municipais próprios.

Com a rápida tramitação da PEC paralela no Senado, cujo relator é o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), estima-se a possibilidade de que a primeira votação, no Senado, aconteça no dia 4 de outubro. “É uma discussão importante, porque o déficit de Estados brasileiros, com regimes próprios de aposentadoria, é de R\$ 144,6 bilhões, somente neste ano, de acordo com cálculos Fipe. É um quadro dramático e o dinheiro economizado, com a reforma, poderá ser empregado em ações de saúde, educação e infraestrutura”, explica o chefe do Legislativo baiano.

O presidente da ALBA diz que também é impossível compartilhar sistemas distintos de Previdência para servidores públicos federais e outro para servidores públicos estaduais e municipais. “A ideia de que cada Estado ou Município legisle suas próprias regras de aposentadorias é absurda. Teríamos um verdadeiro ‘carnaval’ na legislação previdenciária do Brasil. Por isso, estamos dando apoio à PEC paralela que inclui os Estados e Municípios na Reforma da Previdência”, defende Leal.

Outro ponto abordado nas audiências no Senado Federal, agendadas pelo presidente da Unale (União das Assembleias Legislativas),

deputado Kennedy Nunes (PSD-SC), foi a extinção da Lei Kandir. “A senadora Simone Tebet e o presidente Alcolumbre foram muitos receptivos. A Lei Kandir está prejudicando muito os estados exportadores, como é o caso da Bahia, e tem sido um entrave para o nosso desenvolvimento e para a geração de riqueza e de renda. Todos nós, de parlamentares de todo o país, nos manifestamos pela extinção da isenção tributária atualmente conferida às exportações de produtos primários e industrializados semielaborados”, diz Nelson Leal. Além da Assembleia da Bahia, estiveram presentes presidentes de outras Casas Legislativas do país.

Câmara de Salvador mantém 12 vetos do prefeito ACM Neto

DA REDAÇÃO

A Câmara Municipal de Salvador votou e aprovou, em sessão na tarde de ontem, os 12 vetos do prefeito ACM Neto a projetos de iniciativa de vereadores; o Projeto Teu Nascimento (PL 292/17), de autoria da vereadora Aladilce Souza (PCdoB), que prevê punição administrativa a estabelecimentos públicos e privados, além de agentes públicos, que discriminem LGBTs; e o PLC nº 04/19, do Executivo, que dispõe

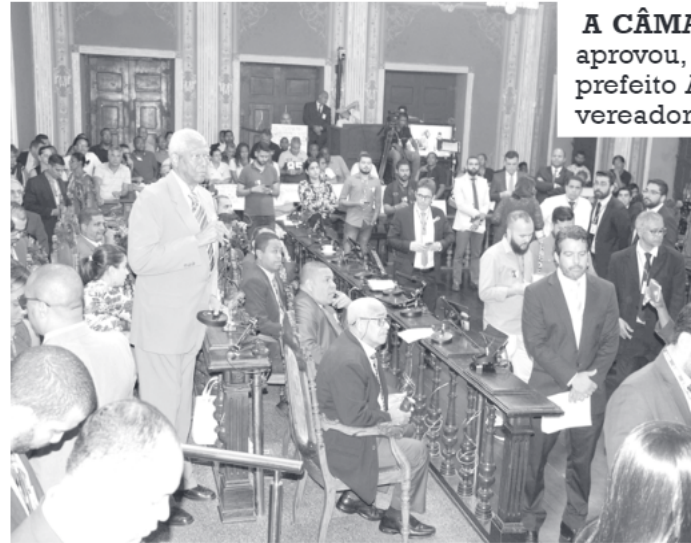
sobre o Sistema de Controle Interno Integrado (SICOLI), reestrutura a Controladoria Geral do Município de Salvador e institui o Programa Integrado de Residências em Saúde.

Entre os vetos a maior polêmica foi com relação ao projeto de autoria do vereador Sidinho (Podemos), que acrescenta os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias ao Grupo Profissional Saúde, permitindo o acúmulo de cargos, que foi mantido por 21 votos a 12. Além da banca-

da da oposição, votaram contra o veto o presidente da Casa, vereador Geraldo Júnior (SD), e o vereador Cezar Leite (PSDB), da base do governo. “A prefeitura não quer pagar o piso salarial dos agentes e ainda desrespeita esta Casa”, protestou Sidinho.

O veto total ao projeto de lei de iniciativa do vereador Edvaldo Brito (PSD), declarando patrimônio imaterial do Município o idioma ioruba, foi mantido graças a um acordo para que ele apresentasse, na mesma sessão, em

Foto: Valdemiro Lopes



A CÂMARA de Salvador votou e aprovou, ontem, os 12 vetos do prefeito ACM Neto a projetos dos vereadores

regime de urgência, um substitutivo. Vários vereadores se pronunciaram em apoio ao projeto e protestando contra o que chamaram de “desrespeito” à Câmara, especialmente à Comissão

de Constituição e Justiça.

Com diversos representantes de entidades LGBTQI nas galerias, foi aprovado o projeto Teu Nascimento, que tramitava na Casa há dois anos. A vereadora Lorena

Brandão (PSC) apresentou emenda incluindo salvaguarda às igrejas e associações religiosas, inscrita pelos vereadores Luiz Carlos (Republicanos), Isnard Araújo (PHS) e Ricardo Almeida (PSC). Apesar da emenda ter sido acatada, esses vereadores foram contrários à proposição, que altera a Lei nº 5.275/1997, além de Alexandre Aleluia (DEM) e Cezar Leite. O presidente Geraldo Júnior fez questão de manifestar apoio à causa. A vereadora Aladilce Souza agradeceu seu empenho para que o Projeto Teu Nascimento fosse aprovado, depois de um processo de amplo debate.

PONTO DE VISTA

Joaci Góes

Lêucio Flavo, um cidadão exemplar

Para o querido amigo Marcelo Matias!

O rebaixamento ostensivo dos padrões éticos praticados no Brasil levou o conhecido articulista Roberto Pompeu de Toledo a afirmar, sob a aprovação geral, que estávamos passando de um país sede de grande corrupção para um povo corrupto, em si mesmo, tamanha a degradação observada em todos os segmentos de nossa vida social, política e econômica, com o comprometimento das três esferas de poder, nos níveis municipal, estadual e federal. Basta consul-

tar as matérias diárias em todas as mídias para se constatar essa desanimadora realidade que, conquanto dominante, não é universal em nosso meio tupiniquim. As exceções vicejam para prosperar. Deus seja servido!

As festividades, na semana passada, pelo transcurso dos oitenta anos do advogado e servidor público Lêucio Flavo Moreira de Borges Sampaio ensejou aos participantes observar a incolumidade moral que tem caracterizado a biografia desse Varão de Plutarco, ao longo de uma impecável trajetória que não encontra exceção em qualquer das ver-

tentes de sua exemplar conduta como membro destacado de uma numerosa e briosa família, coroada pelo seu papel como esposo e pai, do mesmo modo, entre colegas de trabalho e de bancos escolares. A essa última categoria, tenho a honra de pertencer desde o curso ginasial, no Severino Vieira, em Nazaré, passando pelo Colégio Estadual da Bahia, o legendário Central, frequentado, dentre inúmeros outros, por gente como Castro Alves, Rui Barbosa, Euclides da Cunha e Glauber Rocha, até a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Nossa turma de advogados teve a ventura histórica de cursar dois anos e meio na antiga sede da Av. Joana Angélica, hoje sede da OAB, e dois anos e meio na atual sede no bairro da Graça, debruçada sobre o Vale do Canela. Líder estudantil, Lêucio dirigiu os grêmios do Severino Vieira e do Central.

O seu altivo enfrentamento aos diretores do Severino Vieira, ao cobrar, pioneiramente, esclarecimentos na prestação de contas da aplicação dos recursos públicos elevou-o, perante mim, ao patamar do meu primeiro herói moral, episódio que figura nas memórias que ora escrevo.

Lêucio veio ao mundo, e mais nove irmãos, no município de Macajuba, os demais em Mairi, na Bahia. Ele é o terceiro filho de uma prole de quatorze da união entre Viriato Borges Sampaio com Ruth Moreira de Borges Sampaio. Lêucia e Leucila, mais velhas do que ele, e Rute, a décimo terceira, já nos deixaram, enquanto vivem Rutildes, Ninfa, Elko Emílio, Sírio Glauco, Maria Aparecida, Rosa Virgínia, Dênia, Ronaldo, Sandra e a caçula Rita de Cássia.

Do casamento com a exemplar pedagoga Lúcia Queiroz Flavo, com

mestrado pela Universidade de Quebec, no Canadá, Lêucio é pai da Administradora e Advogada Ana Marta Queiroz Flavo, bacharel em turismo e pós-graduada em Análise de Sistemas e em gestão de Sistemas e Serviços de Saúde. Atualmente, Ana Marta reside em Brasília, onde faz pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil.

A exuberante cidadania de Lêucio Flavo que lhe confere, com todos os méritos, o título de Cidadão Estadista, se consolidou ao longo de mais de quarenta anos como servidor público, chegando a ser o primeiro Superintendente do INSS na Bahia, auditor fiscal da Receita Federal, também na Bahia, cuja categoria presidiu, e presidente da ANFIP- Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Em cada um desses postos, Lêucio atuou com invariável competência e espírito pú-

blico para cujo desempenho a retidão de conduta é o combustível essencial. Que distância abissal entre essa bela história e a crônica escabrosa que, diariamente, compromete a confiança do povo brasileiro em seu destino!

Educação é uma moeda de duas faces: uma abriga conhecimentos e a outra valores. O conhecimento da vida de Lêucio Flavo Moreira de Borges Sampaio, pela nossa juventude estudiosa, a partir dos verdes anos, seria um bom começo para resgatar a confiança do povo brasileiro no caráter redentor da honra e do desejo de servir ao público, desinteressadamente.

Empresário e escritor, é membro da Academia de Letras da Bahia e-mail: joacigoes@uol.com.br

